



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus) PARA MONITORAMENTO DAS DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Aos seis (06) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezoito (2018), às quinze horas (15h00), no Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, sito Rua General Rondon, 1295, Centro, nesta Capital, foi iniciada a décima primeira reunião de trabalho do Comitê Estadual de Saúde Judiciário (CES-Jus) do Estado do Amapá com o objetivo de discutir sobre o Relatório da Central de Regulação da Maternidade e avanços no período, bem como dar continuidade à apresentação do Relatório Materno Infantil e do Plano de Ação para evitar o Subfaturamento e, ainda, realizar a apresentação do Relatório das Atividades desenvolvidas na Upa Zona Sul. Estavam presentes o Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Tork; o Sr. Eduardo Navarro, Juiz de Direito Titular do 1º Juizado Especial de Fazenda Pública; Sra. Alaíde de Paula, Juíza de Direito Titular 4ª Vara Cível e de Fazenda Pública; Sra. Renata Melo (SESA); Fabiana Lopes (SESA); Rafael Neri, Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Macapá; Tânia Regina Vilhena, Prefeitura Municipal de Macapá; César Costa Souza, Conselho Regional de Farmácia; Emília Pimentel, Conselho Regional de Enfermagem; Jorleo Ardasse, Hospital da Mulher Mãe Luzia; Sílvia Helena, Universidade Federal do Amapá; Clóvis Guiacomet, Universidade Federal do Amapá; Elenice Scheler, Secretária Estadual de Saúde; Crislana Gama, Secretária Estadual de Saúde; Hely Góes (SESA); Paulo Távora (SESA); Raul Silva Junior, Procurador do Estado; Josiane Sousa, Secretária Municipal de Saúde; Roseana Carvalho (CES); André Luis Rodrigues (SESA); Antônio Sérgio Andrade (SESA); Roberto Bauer, Ministério da Saúde no Amapá; Sra. Nicole Campos Costa, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal Amapá; Gastão Calandrini, Secretário de Saúde do Estado, a Sra. Daniela Pinheiro (COSEMS/AP). Iniciados os trabalhos, após algumas considerações iniciais do Presidente do Comitê Estadual de Saúde do Judiciário acerca do 6º Congresso Médico e Jurídico ocorrido em Vitória no Espírito Santo, foi dada a palavra ao Dr. Navarro que ressaltou que o evento foi importante e interessante, informou que o Estado está avançado em relação a outros estados nas práticas implantadas, inclusive com relação ao CES. Na sequência o desembargador Carlos Tork discorreu sobre um ponto importante debatido no referido congresso, qual seja, a necessidade de que a verba destinada à saúde seja de fato administrada pela Secretaria de Saúde, pois atualmente quem administra a verba é o secretário de Fazenda, indicando que a autonomia administrativa e financeira da Secretaria de Saúde é tema a ser discutido pelo Comitê. Destacou, ainda, que desde o dia 13 de julho, as ações de saúde estão nas Varas especializadas de saúde (4ª Vara cível e Fazenda pública e 1º Juizado Especial de Fazenda pública). Mencionou a importância das atividades desenvolvidas pelo NATJUS e NOAT. Em seguida, foi dada a palavra a Sra. Nicole Campos que informou que encaminhou solicitação ao NOAT para que o mesmo disponibilize na internet o acompanhamento de suas demandas, mas que até o momento não recebeu resposta. Em resposta a Sra. Fátima Coordenadora do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

NOAT informou que elaborou documento relatando que o NOAT está em fase de reimplantação, onde o usuário poderá ter acesso ao seu processo através da internet, disponibilizou os números de telefones em que os usuários terão acesso às suas demandas, inclusive através de whatsapp. Na sequência, a Sra. Elenice Scheler deu continuidade à apresentação do plano de ação para evitar o subfaturamento e informou que a direção do HCAL realizou contato com os médicos ortopedistas para preenchimento das AIH (Autorização de Internação Hospitalar), levantou a questão dos prontuários faturados em maio que foram 305, junho 292 e julho 396. Destacou também a necessidade de que trabalhem com metas e indicadores em cima dos projetos. Na oportunidade, o Desembargador Carlos Tork fez a proposição para que o relatório volte a ser apresentado em 90 dias (novembro), o que foi aceito por todos os membros. Em seguida, passou-se ao segundo tema de pauta: o relatório interno da regulação da maternidade apresentado pelo Sr. Jorleo Ardasse que iniciou discorrendo sobre o núcleo interno de regulação, destacando o problema da superlotação no hospital da mulher, situação que ocasionou a análise da pactuação com o hospital São Camilo. No ponto, o Desembargador entendeu que está em fase de implantação e concedeu o prazo de 30 dias para o Sr. Jorleo voltar ao Comitê e expor o que evoluiu na Regulação. Dando prosseguimento, a Sra. Roseane iniciou sua explanação sobre a continuidade do relatório materno infantil e destacou que no período ocorreram vários avanços na reestruturação da rede cegonha, por exemplo, a construção dos protocolos de enfrentamento a sífilis e HIV dentro do hospital da mulher e a regulação com o hospital São Camilo. Sobre o tema, foi proposto pelo Desembargador Carlos Tork que a Sra. Rosiane volte a falar do relatório materno infantil depois da apresentação do relatório do mapa assistencial da atenção básica pela Prefeitura. Por fim, passou-se ao relatório das atividades desenvolvidas pela UPA Zona Sul, apresentado pela Sra. Hely Góes, destacando que estão trabalhando com metas; que a UPA conta com exames para média complexidade; que foi implantada para atender urgência e emergência; que em três meses realizou 15.760 atendimentos. Pontuou que a Secretaria de Saúde deve trabalhar a educação em saúde, pois os usuários que não são prioridade de atendimento acabam superlotando a UPA; apresentou os números de exames realizados e destacou o excesso de prescrição de exames muitas vezes desnecessários. Concluiu informando que os índices de satisfação atingiram 98,77. Dada a palavra, Sr. Antônio Carlos Ferreira (Diretor Geral da UPA Zona Sul) informou da dificuldade na contrapartida, pois não pode faturar acima do que foi contratado; que 50% dos pacientes que deveriam ser atendidos nas Unidades Básicas de Saúde estão sendo atendidos na UPA; que deve haver um trabalho conjunto para fazer somente o que foi contratualizado. Foi proposto pelo Desembargador Carlos Tork um grupo de trabalho para evitar irregularidades, restando definido que a Sra. Crislina Gama irá expor na próxima reunião como resolveu esse problema de gerenciamento do contrato mediante uma apresentação das providências tomadas neste sentido. Ao final, o Desembargador Carlos Tork encerrou a reunião.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO
(CES-Jus)

- a) Designação da próxima reunião de trabalho para o dia 17 de setembro de 2018, às 15h00 no Plenário do Tribunal de Justiça;
- b) Relatório do Mapa Assistencial da Atenção Primária do Município de Macapá, apresentação Tânia Regina Vilhena;
- c) Apresentação das providências tomadas no gerenciamento do contrato da UPA Zona Sul, apresentação Crislana Gama;
- d) Continuidade do Plano de Ação da Regulação da maternidade, apresentação Jorleo Ardasse;
- e) Relatório das Atividades desenvolvidas no NOAT, Fatima Lopes;

Nada mais havendo a tratar, eu, Deire Sandre Correa, Técnico Judiciário, Secretária Executiva do CES-Jus, lavrei a presente ata que será lida e assinada após aprovação por todos.

Carlos Tork
Desembargador Presidente TJAP/CES-Jus